

A POBREZA MENSTRUAL E A RELAÇÃO COM A GESTÃO AMBIENTAL: IMPORTÂNCIA, INFLUÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

TAMARA FLORES SALDO¹; JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA KOGLIN²

¹Universidade Federal de Pelotas – floress.tamara@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – joakoglin@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a menstruação é tida como um tabu pela sociedade, o que levou a um processo secular de invisibilização e envergonhamento contra a mesma. Sendo assim, durante muitos anos, não se falava sobre menstruação como algo natural. Esse fato propiciou uma preocupante ausência de direitos para meninas, mulheres e pessoas que menstruam (UNFPA, 2023), que tem como consequência a geração de um fenômeno denominado Pobreza Menstrual, que pode ser definida como a falta de acesso a insumos, infraestruturas e informações necessárias para que as pessoas que menstruam possam vivenciar o ciclo menstrual de forma digna (UNFPA e UNICEF, 2021).

O presente trabalho trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora - graduanda em Bacharelado em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Visando aprofundar a temática do TCC, este resumo tem como objetivo identificar a relação da pobreza menstrual com a gestão ambiental, discutindo as suas atribuições, influências e a sua importância.

A partir do contato com essa pauta dentro de um projeto de extensão da UFPEL e de questionamentos que vieram à tona nas aulas ministradas pelo professor orientador deste trabalho e do TCC da autora, enxergou-se a possibilidade de trabalhar com a pobreza menstrual dentro da gestão ambiental. Dessa forma, a pretensão de ambos trabalhos é compreender quais os aspectos ambientais - principalmente os problemas - que contribuem com a pobreza menstrual e de que forma o gestor ambiental pode trabalhar nessa temática, a fim de combater esse fenômeno.

2. METODOLOGIA

A abordagem utilizada tanto no TCC quanto na construção deste resumo foi a pesquisa qualitativa com fins exploratórios, desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, capaz de responder a questões subjetivas ao trabalhar com descrições, comparações e interpretações (Minayo, 2014). De encontro a isso, os fins dessa pesquisa classificam-se como exploratórios, considerando que tais pesquisas proporcionam uma maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (Gil, 2008). Por fim, a forma assumida pela pesquisa exploratória neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já elaborados - principalmente, livros e artigos científicos. Majoritariamente, os estudos científicos exigem uma fase de pesquisa bibliográfica, entretanto, é possível desenvolver pesquisas apenas utilizando-se de fontes bibliográficas (Gil, 2008).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Pobreza Menstrual é definida como um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, composto por sete pilares que incluem: a falta

de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual (como absorventes higiênicos e produtos de higiene pessoal); a falta de acesso a medicamentos e serviços médicos para administração de problemas menstruais; os tabus e preconceitos contra a menstruação que segregam as pessoas que menstruam de diversas áreas da vida social; questões econômicas como a alta tributação de produtos menstruais e os efeitos deletérios à vida econômica e ao desenvolvimento do pleno potencial das pessoas que menstruam; questões infraestruturais como a ausência de acesso a banheiros seguros; e, por fim, questões ambientais como a falta de acesso a saneamento básico - água encanada, esgotamento sanitário e coleta de resíduos (UNFPA e UNICEF, 2021).

Considerando o último pilar citado, percebe-se um elo de ligação entre a pobreza menstrual e a gestão ambiental, pois o profissional dessa área é capacitado para trabalhar com questões de saneamento básico. Durante o período da menstruação, algumas necessidades biológicas específicas são demandadas pelas pessoas que menstruam, como a higienização correta do órgão genital e o manejo correto dos métodos de contenção da menstruação, a fim de evitar doenças e infecções. Assim, as pessoas que menstruam tendem a ser mais afetadas pela falta dos serviços de saneamento básico, tornando-se essencial seu acesso aos mesmos (Assad, 2021).

O fato da pobreza menstrual ser considerada um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional se deve aos seus múltiplos e diversos fatores envolvidos. A pobreza menstrual não é apenas um problema socioeconômico, causado pela falta de condições de adquirir produtos menstruais como absorventes (Movimento ODS, 2020; Sempre Livre e KYRA, 2018); também não é apenas um problema de saúde pública, considerando os impactos negativos à saúde física e emocional causados às pessoas que menstruam (UNFPA e UNICEF, 2021). A pobreza menstrual é, na mesma proporção, um problema social, econômico, ambiental, de saúde e de desigualdade de gênero, pois todos esses fatores estão relacionados com suas causas e consequências.

Dentre os diferentes fatores que são causas e também consequências da pobreza menstrual estão, por exemplo, a desinformação e a estigmatização da menstruação, construída através de um apagamento social e cultural de tudo que diz respeito à menstruação, gerando uma ideia de que ela é algo nojento, indigno e desonroso. Tal estigma leva à desinformação acerca da menstruação e ambos processos estão intrinsecamente conectados, visto que a falta de informação cria o estigma, e o estigma alimenta e faz perpetuar a desinformação (Assad, 2021). A desinformação sobre a menstruação pode trazer consequências negativas à saúde das pessoas que menstruam (outro fator envolvido na pobreza menstrual). Como exemplo disso tem-se as questões fisiológicas, como alergias, irritações e infecções causadas por um precário Manejo da Higiene Menstrual (MHM), e também questões emocionais causadas por estresse, desconfortos e inseguranças relacionadas ao estigma contra a menstruação.

Um conceito essencial nesse sentido é o de Saúde Menstrual, compreendida como o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas de ausência de doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual (Henneghan *et al.*, 2021). De encontro a isso, a definição de Dignidade Menstrual diz que seu objetivo é remover qualquer situação que impeça a vivência da menstruação como um fenômeno natural e saudável, como por exemplo, as provocações, a exclusão e a vergonha relacionadas à menstruação (Motta; Brito, 2022). Sendo assim, para promover a saúde e a dignidade menstrual é preciso mais que a ausência de problemas físicos provenientes da pobreza menstrual.

Outro fator importante é a dificuldade no desenvolvimento do pleno potencial e no desenvolvimento econômico das pessoas que menstruam, consequências de um desenvolvimento educacional afetado por condições econômicas precárias e pela exclusão social durante o período menstrual. O envergonhamento da menstruação restringe a participação em atividades essenciais da infância (UNFPA e UNICEF, 2021), assim como a falta de acesso a produtos menstruais impede meninas de frequentarem a escola - no mundo, 10% das estudantes deixam de ir à aula quando estão menstruadas; no Brasil, esse número chega a 25% (Livre para menstruar, 2021). Dessa forma, compromete-se o desenvolvimento do pleno potencial das pessoas que menstruam, trazendo consequências negativas ao seu desenvolvimento econômico e de suas gerações futuras.

Após compreender o tamanho da complexidade deste fenômeno, torna-se nítido que as ações de combate à pobreza menstrual precisam ser tão complexas quanto a mesma para serem efetivas. É preciso considerar todos os fatores envolvidos - os sociais, os culturais, os econômicos e os ambientais - ao se pensar em ações de promoção à dignidade menstrual. Não basta apenas, por exemplo, promover a distribuição de absorventes descartáveis - ação que vem sendo desenvolvida no Brasil pelo Programa Dignidade Menstrual (Brasil, 2024).

Tendo em vista os efeitos deletérios dos diferentes fatores que envolvem a pobreza menstrual, este fenômeno passa a ser considerado pelos organismos internacionais como um entrave para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) (UNFPA e UNICEF, 2021), visto seu impacto não apenas às pessoas que menstruam, mas também às gerações futuras - como consequência dos impactos na geração atual. Portanto, as ações que combatem a pobreza menstrual tornam-se imprescindíveis para o alcance dos ODS. Aqui tem-se outro elo de ligação entre a gestão ambiental e a pobreza menstrual, visto que o gestor ambiental pode colaborar para o alcance destes objetivos.

A Gestão Ambiental é um processo político-administrativo desenvolvido pelo poder constituído e conta com a participação social para formular, implementar e avaliar políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região. Esse processo e suas políticas ambientais necessitam estar sintonizados com o Desenvolvimento Sustentável, visando não somente a preservação ambiental e a mitigação dos impactos ambientais negativos, mas também estimulando ações que levem, de fato, à sustentabilidade. Assim como a pobreza menstrual, a gestão ambiental é complexa e multidisciplinar, e sua complexidade se reflete nos seus processos de gestão (Barbieri, 2023; Philippi Junior; Roméro; Bruna, 2014). Ou seja, as ações de gestão ambiental precisam ser complexas e multidisciplinares, assim como as de combate à pobreza menstrual.

Dessa forma, ao analisar um problema ambiental a partir de uma única ótica, o processo de gestão ambiental não se torna efetivo, pois quando não é possível enxergar todas as tangentes da questão, não enxerga-se as soluções efetivas. Dito isso, para ser efetiva, a gestão ambiental precisa gerenciar as questões ambientais de acordo com a sua complexidade, não podendo ser paliativa ou assistencialista.

4. CONCLUSÕES

Após a pesquisa bibliográfica realizada, foi possível confirmar que o profissional de gestão ambiental tem potencial para atuar no combate à pobreza

menstrual, visto que este fenômeno é considerado um empecilho para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e que uma das vias de atuação da gestão ambiental é justamente a elaboração de ações que promovam o desenvolvimento sustentável. Assim como, o saneamento básico também é via de atuação da gestão ambiental e está diretamente relacionado com a pobreza menstrual. Por fim, tanto as ações de combate à pobreza menstrual quanto as ações de um processo de gestão ambiental precisam ser complexas e multidisciplinares para serem efetivas, mostrando uma congruência entre si.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAD, B. F. **Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero**. Revista Antinomias, v. 2, n. 1, 2021.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 5. São Paulo: Saraiva Uni, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788571441453.

BRASIL. **Programa Dignidade Menstrual**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2024/dignidade-menstrual>. Acesso em 15 set. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2008. ISBN 85-224-3169-B.

HENNEGAN J; Winkler IT; Bobel C; Kaiser D; Hampton J; Larsson G; Chandramouli V; Plesons M; Mahon T. **Menstrual health: a definition for policy, practice, and research**. Sex Reprod Health Matters. 2021. 29(1):1911618. doi: 10.1080/26410397.2021.1911618. PMID: 33910492; PMCID: PMC8098749.

Livre para Menstruar. Movimento Girl Up Brasil. 2021. Disponível em <https://www.livreparamenstruar.org>. Acesso em 14 fev. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, M. C. C.; BRITO, M. A. P. da R. **Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes**. In: Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 24, nº 1. Niterói: Editora PPGSD-UFF, 2022. ISSN 1678-7145.

Movimento Nacional ODS Santa Catarina. **Projeto de Lei trata da pobreza menstrual**. 2020. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/2020/07/03/projeto-de-lei-trata-da-pobreza-menstrual>. Acesso em 13 fev. 2024.

PHILIPPI JUNIOR, A., ANDREOLI, C. V., BRUNA, G. C., FERNANDES, V. **Histórico e Evolução do Sistema de Gestão Ambiental no Brasil**. In: PHILIPPI JUNIOR, A., ROMÉRO, M. de A., BRUNA, G. C. (ed.). Curso de gestão ambiental. 2. Barueri: Manole, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788520443200.

SEMPRE LIVRE; KYRA. **Sempre Livre lança pesquisa global sobre menstruação**. 2018. Disponível em <https://inovasocial.com.br/investimento-social-privado/sempr-livre-pesquisa-global-menstruacao/>. Acesso em 13 fev. 2024.

UNFPA. **Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual**. 2023. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/recomendacoes-implementacao-iniciativas-dignidade-menstrual>. Acesso em 30 jan. 2024.

UNFPA, UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e violações de direitos**. 2021. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pobreza_menstrual_no_brasil.pdf. Acesso em 30 jan. 2024.